

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 23ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada à entrega ao Sr. Carlos Eduardo Guimarães Leão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais

1.2 – Comissão

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – PRONUNCIAMENTOS

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS

ATAS

ATA DA 23ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/8/2019

Presidência do Deputado João Vítor Xavier

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Título – Palavras do Sr. Carlos Eduardo Guimarães Leão – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparece o deputado:

João Vítor Xavier.

Abertura

O presidente (deputado João Vítor Xavier) – Às 17 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Carlos Eduardo Guimarães Leão do título de Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do deputado João Vítor Xavier, pelo governador do Estado, por meio de Decreto Especial nº 119, publicado no *Diário do Executivo*, do dia 12/3/2018.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Carlos Eduardo Guimarães Leão, o homenageado; Durval Ângelo, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e ex-deputado desta Casa; Fabrício Torres Sampaio, diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG –; Emerson Leão, campeão do mundo e ex-técnico da Seleção Brasileira de Futebol; e Alexandre Alcides Mattos de Meira, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

Antes de darmos início à homenagem, gostaríamos de convidá-los a conhecer o movimento Sou Minas Demais.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acredita que o nosso Estado é maior que qualquer crise e, por isso, está promovendo ações para a retomada do desenvolvimento, agindo em sua defesa e dos mineiros.

Sabemos que é preciso ouvir o cidadão e mobilizar as forças presentes na sociedade para que a mudança aconteça. Sou Minas Demais é uma oportunidade para nos lembrar da nossa história, celebrar novas conquistas e valorizar a nossa identidade, apresentando pessoas que contribuem com o nosso Estado em diversos campos de atuação. Convidamos a todos para assistir ao vídeo manifesto da campanha e se juntar a nós nesse movimento.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, neste ato, do Exmo. Sr. José de Souza, representando a Academia Mineira de Medicina.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre o Sr. Carlos Eduardo Guimarães Leão, homenageado desta tarde.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos, boa noite a todas. Queria cumprimentar o Dr. Carlos Eduardo Guimarães Leão, homenageado. Por tudo que vimos no vídeo, é homenageado com muita justiça por esta Casa e pelo povo de Minas Gerais. Queria cumprimentar sua família, a Sra. Thaís Leão e suas filhas Flávia, Eduarda e Luiza, que terá a missão de seguir a brilhante carreira do pai. Cumprimento meu amigo e querido companheiro desta Casa por tantos anos, eterno deputado e hoje membro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Durval Ângelo. Queria cumprimentar o Dr. Fabrício Torres Sampaio, diretor do DEER, assim como o amigo de longa data, pessoa pela qual tenho enorme admiração, o campeão do mundo e uma referência no esporte, Emerson Leão, que tive a oportunidade de entrevistar algumas vezes durante a minha carreira como jornalista. É um dos grandes homens da história de nosso esporte – e hoje vai discutir com o Dr. Leão qual é o Leão original. Cumprimento também meu querido amigo, Alexandre Meira, que é presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Estendo um abraço à minha querida amiga Talita, sua esposa. Na pessoa dela, cumprimento todos que estão presentes.

Costumo dizer que existem duas profissões que jamais teria a capacidade de exercer, às quais não me considero apto e capaz: a de militar, porque tenho muita dificuldade para lidar com armas e considero uma responsabilidade enorme ir para a rua zelar pela segurança do próximo, da sociedade; e a de médico, porque considero que ninguém está mais próximo de Deus que um bom

médico. Deus é a fonte da vida, e o médico é quem nos permite estar próximos à vida, quem tem a capacidade, no mundo terreno, de nos salvar, quem tem a capacidade de nos manter aqui. Então tenho um enorme respeito pelo ofício médico, pela função do médico, pela profissão do médico e por tudo o que o médico representa na nossa sociedade.

Então essa homenagem prestada, na noite de hoje, ao Dr. Carlos Eduardo Leão, não é uma homenagem tão somente a ele, mas também – e gostaria que fosse considerada – uma homenagem a todos os médicos do Estado de Minas Gerais e a todos que dedicam sua vida à medicina, à saúde, a salvar a vida do próximo e a nossa vida. Somos leigos que a vocês recorremos em tantos momentos da vida. Nos tempos atuais – e antigamente as parteiras –, vocês são aqueles que estão conosco desde o primeiro até o último momento da nossa vida. Então o médico é um ser especial; talvez eles próprios não saibam o quanto são especiais para nós seres comuns, seres mortais, que não temos a proximidade que vocês têm com o Divino e com o Eterno no dia a dia.

Tenho um respeito enorme pela função e desenvolvi, ao longo da vida, um respeito enorme também pela cirurgia plástica em especial, durante um período da minha vida em que convivi, muito de perto, com o então secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais, Marcus Pestana, que me levou para conhecer – eu, deputado recém-eleito nesta Casa – o setor de queimados do Hospital João XXIII, o maior da América Latina, o mais importante centro de referência do Brasil nessa área. E ali eu pude conhecer o trabalho de tantos médicos que compõem aquela casa e que tratam dos queimados no Estado de Minas Gerais. Aliás, quase metade dos seus atendimentos é especificamente de queimaduras, de crianças e adultos queimados, mas especialmente de crianças queimadas.

Então me tocou muito acompanhar e ver de perto aquele trabalho de reabilitação de pessoas que estavam ali por algumas horas, no início de todo o sofrimento e angústia, e também de pessoas que já estavam ali há vários meses, recuperando-se e esperando, por meio do trabalho daqueles profissionais, a permissão para retomar a normalidade de sua vida.

No meu percurso como deputado estadual, como homem público e como cidadão de Minas Gerais, poucas vezes tive a oportunidade de ver um trabalho tão bonito, tão sério, tão bem-feito e tão importante para a nossa sociedade. Hoje vivemos numa sociedade que busca o belo, a beleza, e enxergo isso sem nenhum preconceito porque acho que todos temos o direito de buscar a beleza para nós e para o próximo. É por isso que os números da cirurgia plástica no Brasil não param de crescer. Os números que acompanhei durante a pesquisa, para esta homenagem ao Dr. Leão, revelam a existência de aproximadamente 2 milhões de cirurgias plásticas por ano, no Brasil, sendo que, dessas 2 milhões de cirurgias, aproximadamente 40% são cirurgias plásticas reparadoras, o que significa mais que apenas a busca da beleza estética ou social daquela pessoa que está com uma gordurinha a mais ou que tem um nariz um pouquinho maior do que gostaria ou que tem a mama um pouco maior ou menor. Muitas pessoas perdem sua convivência social por algum desastre, por algum problema, por algum incidente ou acidente.

Portanto, além de a cirurgia plástica fazer com que possamos nos sentir mais belos e melhores no dia a dia, ela também tem essa importância fundamental para pessoas que precisam dessa reparação, dessa recuperação. Esta é a base, a essência da cirurgia plástica desde os primórdios, há mais de dois mil anos, com a sua origem na Índia até a sua referência, após o trauma de um mundo dilacerado por duas guerras mundiais: a reconstrução em função de um trauma e aquilo que seria um caminho, uma carreira para muitos e também uma solução para todos nós como sociedade.

Dentro dos dois campos, o Dr. Carlos Eduardo Leão é um dos melhores representantes do que a cirurgia plástica e do que a medicina podem fazer por uma sociedade melhor. O senhor é um orgulho para o Estado de Minas Gerais, e o seu trabalho de prevenção especialmente, que conheci através do meu querido amigo Dr. Alexandre Meira. Inclusive, junto ao corpo técnico desta Casa, discuti com ele a possibilidade de projetos de lei que possam incluir, tanto na propaganda oficial do governo do Estado quanto no currículo de educação do Estado de Minas Gerais, matérias e normas para prevenção de queimaduras no Estado, e, como grande base para essa discussão, está o trabalho do Dr. Leão, precisamente aquele que o senhor representa como doutrinador na área, como médico e como inspiração para tantos.

O senhor coloca, e com muita razão, a figura do Dr. Ivo Pitanguy como referência para sua vida, e tenho certeza de que hoje, em Minas Gerais, muitos e muitos médicos colocam o senhor como referência de vida, biográfica, bem como a história de cada um como grandes nomes da cirurgia plástica no Estado de Minas Gerais. É uma das grandes referências que o nosso Estado tem nessa área e uma inspiração para muitos que, daqui a alguns anos, estarão por diversos motivos nesta Casa e que colocarão, no currículo, a figura de ex-alunos do Dr. Carlos Eduardo Leão, uma das maiores referências da medicina no Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais e o Espírito Santo sempre foram estados unidos porque nós, mineiros, sempre aproveitamos, e muito bem, as belas praias do Espírito Santo. Nós, mineiros, já ganhamos do Espírito Santo o Durval Ângelo para esta Casa Legislativa e agora temos o orgulho de receber o senhor como cidadão do Estado de Minas Gerais, com toda a alegria que isso significa para todos nós mineiros e com um orgulho enorme do que representa para o nosso Estado ter um cidadão do quilate, da conduta e da biografia do senhor.

É um orgulho muito grande para mim, como deputado, poder representar o povo de Minas Gerais e fazer do senhor mais um mineiro, o que é motivo de maior orgulho para cada um de nós no Estado de Minas Gerais. Ou seja, somos mineiros com muito orgulho, e, a partir de hoje, o senhor pode dizer que assim também o é. Muito obrigado a todos.

Entrega de Título

O locutor – Neste momento, o deputado João Vítor Xavier, autor do requerimento de concessão, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Carlos Eduardo Guimarães Leão. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa de autoria do deputado João Vítor Xavier, nos termos do decreto de 12/3/2018, concede ao Sr. Carlos Eduardo Guimarães Leão o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento a sua atuação na especialidade médica de cirurgia plástica reparadora, em especial na causa queimadura, e pela grande contribuição literária e científica publicada em livros e revistas científicas”.

– Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Carlos Eduardo Guimarães Leão

“O vegetal, que se transplanta, cresce/, dá flor e fruto onde tem raiz/, como a flora nativa. E ninguém diz/ que não é sua a terra em que floresce./ Também é dessa terra toda a messe/ que a planta leva ao seu seio nutriz./ É um dar e receber na mais feliz/ trama de amor que a natureza tece./ Tal como a planta é o coração da gente./ E a sua Terra é aquela em que ela sente/ a ventura de amar, que tudo encerra./ Linda Minas Gerais, aqui foi que eu amei./ E, como galardão me deste, em lei,/ a glória de chamar-te ‘minha terra’.” Adaptação ao poema “Minha Terra”, do meu saudoso avô Kosciuszko Leão.

Exmo Sr. deputado João Vítor Xavier, representando aqui o Exmo. presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Agostinho Patrus; Exmo. Sr. João Vítor Xavier, autor desse requerimento que muito me honra; Exmo. Sr. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, meu querido amigo Durval Ângelo, meu conterrâneo; Exmo. Sr. Fabrício Torres Sampaio, querido e amigo, diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas e Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG; Exmo. Emerson Leão – vou chamá-lo de excelentíssimo, porque é uma excelência do esporte –, meu querido amigo, meu fraternal amigo e irmão; Exmo Sr. Alexandre Alcides Mattos Meira, meu querido amigo, meu fraternal amigo também, meu colega, em cuja pessoa cumprimento as demais autoridades aqui presentes.

Meus amigos, senhoras e senhores e meus agora conterrâneos, lembro-me bem daquela tarde em que deixei Vitória.

Afastar-me da família tão amada, dos amigos fraternos, do mar que entranha a alma do litorâneo, e, por fim, da cidade natal tão querida. Foi, sem dúvida, uma experiência marcada pela emoção, pela angústia da incerteza e pela saudade. Vem à mente os meus

primeiros dias em Belo Horizonte, marcados por uma sensação de solidão. Solidão cercada de gente, que não dói na alma, durante o dia, mas se exacerba de uma maneira impiedosa nas longas noites desses primeiros tempos.

Lembro-me bem também dos primeiros amigos mineiros, dessa hora difícil, que foram os meus verdadeiros sustentáculos nessa fascinante experiência de vida pela qual certamente muitos dos senhores já passaram. A todos, sou extremamente agradecido e reconhecido pelo carinho e calor humano a mim dispensados. Fatores fundamentais para a sobrevivência plena de qualquer ser humano, que, como eu, teve o privilégio de crescer no amor infindo de seus pais.

Vitória, Belo Horizonte, não há muita diferença no significado desses dois nomes. Saí de uma Vitória para um Belo Horizonte que se confirmou, ao longo desses 38 anos, com a busca de uma formação profissional sólida que me levaria a uma escalada política e societária jamais pensada: a presidência da nossa Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, em Minas, a chefia do maior serviço de cirurgia plástica em queimados do País, a uma cidadania honorária, na cidade, à imortalidade, na Academia Mineira de Medicina, à presidência nacional da Sociedade Brasileira de Cirurgia da Restauração Capilar e a uma mulher mineira extraordinária, que, não satisfeita com o que já representava em minha vida, deu-me mais três mulheres igualmente lindas.

Deus é pródigo, João Vítor, na minha vida, meus queridos amigos. É um momento memorável este em que me torno ainda mais mineiro. Chego aqui, caros conterrâneos, pela cirurgia plástica milenar, essencial, necessária, de uma grandeza técnica que nos confere habilidade para repararmos o antifuncional e o inestético, seja por trauma, queimaduras, tumores, defeitos congênitos ou, ainda, pela inexorabilidade do tempo impiedoso sobre nossas feições e corpo. Reposicionar ou reconstituir tecidos estão no mesmo patamar de importância cirúrgica, cabendo ao cirurgião uma cumplicidade de ciência e arte, onde a técnica e o conhecimento científico nos diferenciam como médicos, e o dom estético como cirurgiões plásticos.

Sentir-se rejeitado pelo estigma do defeito, seja ele qual for, é a prova suficiente da existência do belo e do feio, do bem e do mal, que, normalmente, não estão na natureza, mas num homem que sente e aprecia. A coexistência dos antagonicos é que estabelece a harmonia geral em equilíbrio estável. Esta é, pois, a busca maior da cirurgia plástica, comprometida hierarquicamente com a função e com a forma no detalhe. É o detalhe que diferencia o bom do ótimo, e Goethe, num momento genial, diz, ao contemplar a natureza: “Ao contemplar a Natureza / não percas de vista / nem o conjunto nem o detalhe/ que em sua vastidão magnífica/ nada está dentro nem fora./ E por rara maravilha/ verso e reverso são nela/ uma coisa única. / Dest’arte, certamente,/ captará em seguida/ este sagrado segredo/ que mil vozes anunciavam”.

Reitero, meus caros conterrâneos, a alegria por sermos, antes de tudo, médicos, João Vítor. Há uma beleza na medicina, porque o mundo é artístico, e o homem é o mundo. Há felicidade em ser médico, porque a medicina é vocação, fruto do amor à vida. O verdadeiro médico é aquele que tem satisfação em conhecer, alegria em contemplar e felicidade em amar. O cirurgião não é um profissional solitário, e o seu sucesso depende da confluência de muitos fatores, dentre os quais dois são determinantes: o hospital e o time cirúrgico.

Comecei, simultaneamente, com o Mater Dei. Crescemos juntos, e, lá, tive, através do Dr. José Salvador Silva, a primeira mão estendida, no meu início profissional. Nada desta vida, Dr. Salvador, vai me fazer esquecer esse fato. Durante quatro anos, com alegria e júbilo, chefei a clínica de cirurgia plástica daquele grande hospital. O João XXIII é uma espécie de casa de todos nós, onde estive por 34 anos, sendo 22 anos como chefe do serviço de cirurgia plástica em queimados, numa intensa doação profissional principalmente à causa queimaduras.

Desde a minha primeira cirurgia, senhores, estou cercado por excelentes anestesistas, muitos deles aqui presentes, a quem rendo uma homenagem muito especial, não só pela competência que neles sobra mas, sobretudo, pela paciência com um cirurgião chato, cujo lema de vida cirúrgica se baseia em três princípios: prever o imprevisível; ponderar o imponderável; e o que diferencia o bom do ótimo é o detalhe. Busquemo-lo sempre.

À minha equipe cirúrgica, que começa com minhas atendedoras na clínica, meu muito obrigado pela tolerância e compreensão pelo fato de jamais podermos transigir em medicina séria e bem exercida. Não me esqueço de vocês. Não me esqueço de meu pai, igualmente sonhador e de um otimismo sem precedentes no que se referia ao filho, em quem depositava toda aquela esperança de quem ama acima de suas infinitas possibilidades. Homem de um caráter probo e de uma retidão extraordinária em suas atitudes e decisões, papai continua sendo o personagem definitivo em minha vida pessoal e profissional. Tornei-me adulto quando ele nos deixou. Sim, pois o homem só se torna irremediavelmente adulto na desventura de perder o pai. Ele é o meu norte até hoje.

Minha mãe, que não pôde estar presente aqui hoje, é uma espécie de *hors concours* na corrida de quais mulheres na minha vida poderia amar mais. O importante é que as cinco sabem, com a certeza que acalma, que quanto mais divido meu coração com elas mais sobra coração para amá-las. A principal razão desta minha escalada, meus amigos, tem um nome: é você Thais, minha tão amada e agora conterrânea. Sim, porque o amor, quando traduzido na nossa paz cotidiana, no privilégio de nossas Flávia, Eduarda e Luiza, e na cumplicidade com que levamos a nossa vida, é imortal mesmo sendo chama e por isso infinito na nossa duração finita.

Muito obrigado, meu caro amigo e nobre deputado João Vítor Xavier, por esse reconhecimento que me leva à mais alta honraria de minha vida. Tornar-me mineiro na lei apenas reforça esta cidadania que já carrego arraigada no coração e na alma há 38 anos. Chego a ela pela luta diuturna em favor da queimadura, a maior chaga sociocultural da medicina brasileira, e dos queimados, vítimas inocentes do descaso e da insensibilidade de uma política de saúde totalmente equivocada em relação à causa. Cinquenta e um por cento, ou seja, mais da metade de todos os pacientes hoje internados nas unidades de tratamento de queimados Brasil afora são vítimas de acidentes domésticos perfeitamente evitáveis, e 43% deles são crianças com até 10 anos de idade. Queimam-se por desconhecimento do perigo. Portanto, somente a educação, Durval Ângelo, será capaz de mudar este estado de coisa. Passei a minha vida inteira batendo nessa tecla através de entrevistas, congressos, jornadas, artigos em revistas científicas, diversos capítulos de livros, conversas com políticos e educadores, sempre com a mesma cantilena: só sairemos desse estado de coisa no dia em que incluirmos, na grade curricular do ensino brasileiro, uma matéria chamada “prevenção de acidentes”. Não apenas para prevenir queimaduras, mas também os mais corriqueiros acidentes cotidianos na vida brasileira.

Luis Márcio Araújo Ramos, aqui presente, ex-presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e hoje diretor-presidente da Fundação São Francisco Xavier, braço social da Usiminas, um visionário no tocante à medicina e educação, acreditou na minha tese, bandeira de minha vida inteira, e incluiu, há 4 anos, na grade curricular do Colégio São Francisco Xavier, também em Ipatinga e mantida pela fundação homônima, a matéria educação em segurança e saúde, que ensina, em todos os graus dos ensinos médio e fundamental, o que é o perigo, como evitá-lo e como conviver com ele sem se acidentar.

Assistam, por favor, a esse pequeno vídeo e tentem não se emocionar.

Meu caro deputado João Vítor, meu caro deputado Durval Ângelo, meus caríssimos conterrâneos, esse vídeo a que acabamos de assistir, cujo exemplo sai de Minas para o Brasil, dá a certeza a este mineiro que vos fala que a minha missão de médico na Terra está cumprida.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o deputado Agostinho Patrus.

Palavras do Presidente

Faço agora a leitura do pronunciamento do deputado Agostinho Patrus, presidente desta Assembleia Legislativa – abro aspas. “Representando os mineiros, esta Casa sente-se honrada nesta noite especial quando reconhece a atuação do Dr. Carlos Eduardo Guimarães Leão em cirurgia plástica reparadora, em especial na causa das queimaduras. Sua sólida formação habilitou a reparar, com eficiência, tecidos humanos afetados por traumas, queimaduras, tumores e defeitos congênitos. Especialista em cirurgia plástica pelo Hospital Mater Dei de Belo Horizonte, o Dr. Carlos Leão iniciou sua trajetória bem-sucedida no Hospital João XXIII,

maior centro de queimados da América Latina. A experiência foi tão positiva e promissora que logo ele passou a responder pela chefia do serviço de cirurgia plástica e queimados da rede Fhemig, trabalhando sempre com destaque em muitas outras funções em instituições dessa especialidade médica.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e a Associação Brasileira de Cirurgia da Restauração Capilar – da qual é o atual presidente –, entre outras entidades, têm testemunhado, para além das cirurgias de reparação, sua notável preocupação em transmitir pedagogicamente para a sociedade a importância da prevenção que evita os acidentes, muitas vezes terríveis e dramáticos. Os diversos estudos comandados por ele evidenciam a importância da prevenção e da fiscalização na forma de comercialização de produtos inflamáveis, para diminuir a morbidade e a mortalidade causadas pelas queimaduras, uma vez que a maioria dessas feridas traumáticas é acidental e decorre do álcool líquido, afetando um grande número de crianças de zero a 10 anos. O Dr. Carlos Leão tem consciência de que o brasileiro não possui a cultura da prevenção a perigo e a acidentes, por isso promoveu, entre outras atividades, a iniciativa de lançar um gibi voltado à prevenção de queimaduras na infância, em parceria com o célebre criador da Turma da Mônica e do Cebolinha, Maurício de Sousa. Ele tem alertado ainda sobre as propagandas enganosas de restauração capilar, incentivadas por um apelo comercial de pessoas sem o menor preparo técnico, sem precedentes na história do Brasil. A consciência cidadã revela-se, entre outros, no tratamento das mais variadas lesões dos segmentos capilares, beneficiando pacientes sem condições socioeconômicas.

Extremamente ativo e atuante, nosso médico multiplicou-se em diversas atividades. Ele também empresta seu nome à sua clínica particular, um dos mais renomados centros de cirurgia da calvície, plástica e transplantes de barba e sobrancelhas, elevando a restauração capilar ao patamar de excelência exigida pela medicina séria.

Dentro da cirurgia plástica, a da calvície teve uma evolução extraordinária nos últimos anos, e nosso homenageado contribuiu decisivamente para esse progresso: ele é o inventor do bisturi Leão para transplante capilar. Trata-se de um instrumento fundamental no arsenal cirúrgico do transplante capilar utilizado pela maioria dos cirurgiões de restauração capilar no Brasil e também no exterior. Para realizar seu trabalho, o Dr. Carlos Leão sempre fez questão de ressaltar o trabalho em equipe, responsável pelo êxito de suas cirurgias, o que inclui anestesistas e outros profissionais altamente especializados. Do mesmo modo, o respeito incondicional ao paciente é outro traço marcante de sua carreira.

Mas o Dr. Carlos Eduardo Leão não se limitou a essas atividades, o que por si só já é digno de nota, foi além, alcançando o campo das letras. Seguindo o caminho de Pedro Nava e Moacyr Scliar, que acumularam o trabalho médico com a rotina de escritor, ele é membro imortal da Academia Mineira de Medicina. Lançado há quase 10 anos, seu livro *Crônicas e agudas reflexões e experiências de um médico* revelou o autor que cultivava uma linguagem despojada com leveza e humor, mas também aberta à reflexão profunda. Hoje, continua a divulgar seus textos, para alegria de seus amigos e leitores. Sua veia literária parece ter raízes no avô, Kosciuszko Leão, que, num soneto, assinalou: ‘Linda Belo Horizonte, aqui foi que eu amei./ E, como galardão me deste, em lei,/ a glória de chamar-te ‘minha terra’.

Capixaba de nascimento, mineiro de coração, o Dr. Carlos Eduardo Leão passa agora a exercer essa dupla cidadania, aproximando na alma, com acolhedor afeto, o litoral do Espírito Santo das montanhas de Minas Gerais. Sua longa e profunda ligação com Minas e os mineiros só poderia ser retribuída com esse título que tão justamente passa a ostentar a partir de agora. Parabéns, portanto, por ter se distinguido nesta terra pelo exemplo de seu trabalho e de suas preocupações de tamanho alcance social.”

São essas as palavras do presidente Agostinho Patrus Filho.

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos agora o artista Irineu Franco, que nos apresentará as seguintes músicas: *Garota de Ipanema*, *Samba do Avião* e *Insensatez* e um *pout-pourri* de músicas de Antônio Carlos Jobim. Desde já, aproveitamos o momento para agradecer ao Sr. Irineu Franco a sua participação, em nome do deputado João Vítor Xavier, que preside esta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Muito obrigado. Quero agradecer a arte do Irineu Franco. Parabéns! Sou admirador da Bossa Nova e gostei mais ainda porque encerrou com *Oh, Minas Gerais!*. Muito obrigado pela participação, pela brilhante apresentação. É um companheiro de arte do senhor, não é? Porque um cirurgião plástico, acima de tudo, é um artista. O senhor me falava aqui do seu avô, *Kosciuszko Leão*, nome de origem grega, e a palavra “plástica” também tem origem grega, significa, praticamente, moldar, dar forma. Então, são artes distintas, mas todas elas muito importantes para a nossa sociedade. Mais uma vez, parabéns! É uma honra para nós, mineiros, termos o senhor como mais um mineiro. Parabéns à família e aos amigos.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 26, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/8/2019

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Wendel Mesquita, Duarte Bechir e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Wendel Mesquita, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater o trabalho realizado pelo Centro Especializado Nossa Senhora D'Assunção – Censa – em seus 55 anos de existência. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 146/2019, no 1º turno, e comunica que avocou para si a relatoria da proposição. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.724/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o trabalho realizado pelo Instituto São Rafael, por ocasião dos seus 93 anos de existência;

nº 3.725/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater os problemas relacionados à acessibilidade no Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão, para a qual seja convidada a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude. (Emendado pelo deputado Duarte Bechir.);

nº 3.744/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater, com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Doenças Raras da OAB-MG – Subseção Barreiro, ações que podem ser executadas pelas duas comissões em prol das pessoas com essas doenças.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Natália Inês Costa, diretora do Centro Especializado Nossa Senhora D'Assunção – Censa – Betim; Bárbara Carvalho, musicoterapeuta; Estela Maris Guillen de Souza, fundadora da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais – Apape; Maria Irismar Queirós, filósofa e teóloga; Virgínia Nunes Viana, psicóloga, mestre em neurociências pela UFMG; Denise Martins Ferreira, presidente da Associação Mineira de Amigos de Pessoas com Epilepsia; Katiuce Cristine Araújo Ribeiro, diretora da Escola Estadual de Educação Especial Risoleta Neves – Ituiutaba; e dos Srs. Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, defensor público titular da 2ª Defensoria de Família da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG; David Gabriel da Silva, educador físico; e Rogério de Araújo Souza, conselheiro de Defesa da Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte. A presidência concede a palavra ao deputado Duarte Bechir, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados,

para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.

Zé Guilherme, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 27/8/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 568/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre a Rodovia MG-167, que liga os Municípios de Varginha e Três Pontas, em que se especifique se já existe projeto de restauração e construção da terceira via em pontos de aclives e qual o prazo para o início das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 636/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o pagamento de auxílio pecuniário às famílias da Ocupação William Rosa, em Contagem, em especial sobre o atraso no pagamento do benefício no ano de 2019. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.278/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação e ao governador do Estado pedido de informações sobre o número de escolas em tempo integral no Estado e o número de alunos atendidos por essas escolas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.474/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de realização da próxima Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.572/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de início das obras de restauro e reforma do prédio onde funcionava a Escola Estadual Delfim Moreira, no Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.932/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o quantitativo atual de poços tubulares existentes e em operação no Estado, em especial nas regiões do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.936/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações sobre o uso de tecnologias sociais e sustentáveis no abastecimento de água e tratamento de esgoto nas cidades da área de atuação da Copanor. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.937/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para o abastecimento de água e o tratamento de esgoto nos municípios do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.092/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. pedido de informações sobre o estudo acerca da MGS Administração e Serviços, em especial relativamente às implicações da demissão de funcionários dessa empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Propostas de Emenda à Constituição nºs 19/2019, do deputado Sargento Rodrigues e outros; 38/2019, do deputado Bartô e outros, Projetos de Lei nºs 4.201/2017, do deputado Doutor Wilson Batista; 109/2015, dos deputados Fred Costa, Anselmo José Domingos e Noraldino Júnior; 1.336/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.084/2015, do deputado Paulo Lamac; 3.529/2016, do deputado Douglas Melo; 4.186/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.426 e 4.455/2017, do deputado Gustavo Santana; 4.734/2017, do deputado Doutor Wilson Batista; 4.953/2018, do deputado Carlos Henrique; 5.054/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 5.362/2018, do deputado Antônio Jorge; 632/2019, do deputado Coronel Henrique; 640/2019, do deputado Zé Reis; 653/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Marília Campos e dos deputados Betão e Professor Cleiton; 735/2019, do deputado

Bruno Engler; 787/2019, do deputado Noraldino Júnior; 801/2019, do deputado Braulio Braz; 873/2019, do governador do Estado; e 905/2019 e 951/2019, do deputado Zé Reis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 5.334/2018, do deputado Vanderlei Miranda; 5.377/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago; 5.437/2018, do deputado Lafayette de Andrada; 5.503/2018, do deputado Fred Costa; 856/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 871/2019, do deputado Duarte Bechir; 896/2019, do deputado Virgílio Guimarães; 923/2019, do deputado Duarte Bechir; 972/2019, do deputado Léo Portela; 974/2019, da deputada Leninha; 976/2019, do deputado Gustavo Santana; e 988/2019, do deputado Professor Cleiton.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei n°s 837/2019, do deputado Bruno Engler; e 1.013/2019, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 2.382/2019, do deputado Gustavo Valadares; 2.385/2019, do deputado Bruno Engler; 2.386/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; 2.399/2019, do deputado Inácio Franco; 2.407/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; 2.413/2019, do deputado Delegado Heli Grilo; e 2.474/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei Complementar n° 58/2016, do Tribunal de Justiça.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 738/2019, do deputado Bartô, 910/2019, do procurador-geral de Justiça, 2.553/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, 2.658/2015, do deputado Arlen Santiago, 3.919/2016, do deputado Cássio Soares, 730/2019, da deputada Laura Serrano, e 826/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr..

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n° 2.294/2019, do deputado Carlos Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.284/2018, do deputado Lafayette de Andrada.

Requerimento nº 2.400/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.609/2017, do deputado Cristiano Silveira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater problemas relacionados à acessibilidade no Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 27/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 5.439/2018, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.396/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.405, 2.406 e 2.408/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.401 a 2.404 e 2.409/2019, do deputado Duarte Bechir, e 2.469/2019, do deputado Bruno Engler.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 838/2019, do deputado Braulio Braz; e 866/2019, do deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 2.346 a 2.348/2019, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 28/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.194 a 2.198/2019, do deputado Fernando Pacheco; 2.412/2019, do deputado Gustavo Santana; 2.465/2019, do deputado Thiago Cota; e 2.501/2019, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 27/8/2019, às 8 horas, à Base Operacional da Cemig, no Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte, com a finalidade de verificar a importância do trabalho desenvolvido na unidade.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/2019, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Fundação Ezequiel Dias – Funed – pelos 112 anos de sua fundação.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/2019, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 837/2019, do deputado Bruno Engler; e 1.013/2019, do governador do Estado; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 2.382/2019, do deputado Gustavo Valadares; 2.385/2019, do deputado Bruno Engler; 2.386/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; 2.399/2019, do deputado Inácio Franco; 2.407/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; 2.413/2019, do deputado Delegado Heli Grilo; e 2.474/2019, do deputado Sargento Rodrigues; e de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 4.813/2017, que institui a política estadual de prevenção social à criminalidade.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2019**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro, Laura Serrano e Marília Campos e o deputado Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.

João Magalhães, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2019

Nos termos regimentais, convoco os deputados Ulysses Gomes, Cássio Soares, Inácio Franco e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 27/8/2019, às 14h45min e às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2019, do deputado Agostinho Patrus e outros, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 837/2019, do deputado Bruno Engler; e 1.013/2019, do governador do Estado; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 2.382/2019, do deputado Gustavo Valadares; 2.385/2019, do deputado Bruno Engler; 2.386/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; 2.399/2019, do deputado Inácio Franco; 2.407/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; 2.413/2019, do deputado Delegado Heli Grilo; e 2.474/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36/19

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Zé Guilherme, Mário Henrique Caixa, Professor Cleiton e Professor Wendel Mesquita, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/2019, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.

Zé Guilherme, presidente *ad hoc*.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/8/2019

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, nobre deputado Roberto Andrade, demais colegas deputados e deputadas, abordarei neste pronunciamento três temas, aliás, dois como comunicações.

O primeiro é a respeito da candidatura do Cavernas do Peruaçu como Patrimônio Mundial da Unesco. Essa candidatura já está posta, já passou pela fase de pré-qualificação. Ontem mesmo o deputado federal Paulo Guedes promoveu uma audiência pública

em Brasília com a presença de representantes da região, de especialistas e técnicos, o que foi importante. Hoje mesmo vou apresentar, na comissão presidida pelo nobre deputado Professor Irineu, que aqui está, um requerimento para a realização também de uma audiência pública nesta Casa a respeito dessa candidatura do Cavernas do Peruaçu como Patrimônio Mundial, como patrimônio da humanidade, concorrendo com diversas outras alternativas no Brasil, mas o Cavernas do Peruaçu aqui, em Minas Gerais, foi o mais pontuado e passou por maior número de aprovações de todas as alternativas já postas.

Em segundo lugar, aproveitando a questão de ordem imposta pelo deputado Duarte Bechir, gostaria de falar a respeito dos cartórios. Essa é uma questão não apenas de serviço, mas até de autoestima. Aquela pessoa que mora num distrito e o vê sendo desidratado, perdendo serviços e importância... Isso é uma desvalorização do nosso interior. É absolutamente desnecessário, até porque esses cartórios, tidos como deficitários, são mantidos pelo próprio sistema cartorário do Estado. Não envolvem recurso público.

Há uma taxa que os cartórios pagam para um determinado fundo, mantido por eles mesmos, que complementa os suprimentos desses cartórios. Portanto, trata-se de uma questão de concurso público.

Eu acredito, Bechir, que nós poderíamos ter aqui na própria Assembleia um projeto de lei, aproveitando o seu pronunciamento, e aprová-lo com rapidez, transformando esses cartórios em cartórios da cidadania. A lei federal já permite. E ao transformá-los em cartório da cidadania, eles prestariam outros serviços. Poderiam, através de convênio, fazer carteira de identidade e diversos outros serviços atendendo até melhor. Como são cartórios simplificados, o sistema de concurso não precisaria obedecer aos critérios normais, para permitir que a população local se inscreva. A questão toda é que o concurso para esses cartórios que oferecem uma rentabilidade social grande e uma rentabilidade social módica para o seu titular... Ele poderia ser ocupado por pessoas que se dispõem a fazê-lo e teriam de passar por uma qualificação básica, e não por uma disputa de cartório idêntica a quem vai querer um cartório em Belo Horizonte, numa grande cidade-polo. Isso não tem sentido. É um outro tipo de prestação de serviço. Eu creio que com a nossa legislação a respeito dos concursos e a transformação desses cartórios em cartórios da cidadania, com um concurso específico simplificado que exija uma qualificação básica...

Deputado Bechir, eu gostaria muito de participar com V. Exa. da elaboração de um projeto de lei nesse sentido. A Assembleia poderia fazê-lo, trata-se de concurso, não é uma iniciativa privativa do Judiciário ou do Executivo. Concedo aparte a V. Exa.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) – Muito obrigado, deputado Virgílio. Serei muito rápido. Eu já falei, mas queria parabenizar a ideia de V. Exa. Que ela não vá da tribuna para os anais, que vá para a comissão, e que se materializem através desse projeto de lei os cartórios da cidadania. Nós vamos ver cartórios com mais de duzentos anos sendo fechados e que foram criados antes do município. Os cartórios da região de Diamantina serão fechados. Eu vi a relação. São cartórios históricos, que têm grandeza na sua história. É o que eu falei: você não pode ver o lado frio da legislação, você tem que ver o lado social, o impacto que aquilo vai causar, as pessoas que não terão acesso com facilidade a sua certidão de nascimento, a sua certidão de casamento, como ocorre hoje. Isso é um prejuízo, mais ainda num estado com a proporção de Minas Gerais. Então, quero parabenizar a fala de V. Exa. e agradecer a oportunidade de compartilhar. De antemão, este parlamentar se coloca à disposição para criar o referido projeto de lei visando à criação dos cartórios da cidadania. Muito obrigado. Parabéns!

O deputado Virgílio Guimarães – Eu agradeço muito. Gostaria de ter a oportunidade de honrar uma coautoria com V. Exa., bem como com o deputado Zé Reis, que já está encabeçando também esse movimento, e aqueles que quiserem. Mas quem tem uma preocupação mais direta com o tema poderia, com a sua assessoria, junto à assessoria da Casa, estudar um projeto de lei rapidamente a ser apresentado aqui na Casa. Muito me honraria ter a companhia de V. Exa. na autoria desse projeto de lei.

Sr. Presidente, também me inscrevi para falar de um tema que já abordei duas vezes aqui desta tribuna. Na minha trajetória já o abordei muitas vezes como relator, como autor, que é a questão de uma contribuição previdenciária sobre movimentação

financeira. No lugar de buscar um equilíbrio previdenciário com cortes de ganhos que os trabalhadores conquistaram com a sua luta, com a sua movimentação, um ajuste previdenciário, que felizmente é sempre necessário – e felizmente a população também aumenta a sua expectativa de vida –, eu creio que outras medidas precisam ser tomadas, e uma delas, a mais importante de todas, para aumentar o emprego formal e a contribuição da Previdência e ter uma fonte de arrecadação justa, é a contribuição previdenciária sobre a movimentação financeira. Há inclusive projetos e emendas constitucionais sobre isso. O assunto precisa ser mais discutido.

O empresariado precisa entender que uma contribuição que é compensatória, ou seja, que se use os recursos dessa contribuição para compensar a contribuição previdenciária que cada um paga. Ele não aumenta a carga tributária, apenas substitui um elemento nocivo, um tributo tóxico que evita o emprego, que é uma contribuição previdenciária do empregador muito elevada, de 20%. Isso tem que ser reduzido ou, pelo menos, equiparado à contribuição do trabalhador para desonerar a folha e aumentar o emprego formal. Esse é o caminho.

Aqueles que pagam a sua própria previdência usariam os créditos dessa contribuição previdenciária compensatória para reduzir o custo da sua própria previdência. Mas também a Previdência seria financiada com os recursos advindos daqueles que se colocam fora do sistema tributário, portanto, fora da contribuição, através do emprego informal, através também de outros mecanismos que foram criados, de uma forma brutal, pela chamada reforma trabalhista. Isso traria uma inclusão previdenciária importante, inclusão através da contribuição. Isso daria solidez ao sistema previdenciário do Regime Geral da Previdência e ajudaria a cumprir essas deficiências de arrecadação, trazendo inclusive um maior estímulo ao crescimento do emprego formal e, portanto, às receitas previdenciárias.

Isso se trata de uma questão formal. Felizmente vai crescendo a adesão a essa ideia. Eu creio que o valor da contribuição não poderia ser muito pesado para que ele fosse, de fato, estimulante, para ser implantado. Eu calculei em 0,4% o valor dessa contribuição, mas deveria haver um adicional para aqueles que fizessem os seus pagamentos, sem anotação devida da razão do pagamento. Ou seja, ele também seria uma fonte de incrementação dos demais impostos, dos demais tributos. Se fazem um pagamento de serviço prestado deveria ser lançado ali a que aquele pagamento corresponde: prestação de serviço, compra de mercadorias, pagamento de aluguel, pagamento de tributo... Tudo que fosse identificado e tivesse uma contrapartida tributária teria uma alíquota reduzida de 0,4%. Mas aqueles que não querem declarar o porquê estão pagando, não sabemos o que, doação, empréstimo, qualquer coisa desse tipo, deveria ter uma alíquota mais pesada. Calculo em 2% para quem paga; e 2% para quem recebe, perfazendo 4 pontos percentuais, 4%, o que me parece extremamente razoável para aquele emitente de uma transferência bancária que se recusa a dizer para o que é aquilo. Isso é também um mecanismo de combate à corrupção, de combate à evasão fiscal, e de estímulo ao emprego formal e, sobretudo, de financiamento previdenciário. Creio até que poderia haver um estímulo maior, com uma parcela sendo atribuída aos estados, desde que seja para cobrir exclusivamente as despesas previdenciárias. Portanto, trata-se de uma proposta que já faço há muito tempo e que já fiz aqui na tribuna.

E vi até, com uma certa expectativa, algumas declarações das autoridades monetárias do País – vi isso por parte do secretário da Receita; vi por parte do Ministro da Fazenda – de simpatia a essa proposta. Mas ela precisa ser tratada com cuidado, porque a antiga CPMF, que teve várias virtudes, trouxe também alguns problemas, sobretudo devido à sua cumulatividade. Uma contribuição cumulativa – como usei um termo forte – é um tributo também tóxico, como é tóxica uma contribuição previdenciária muito alta, porque espanta o emprego. Então é algo nocivo, que tem efeito colateral, aquilo que envenena a economia.

Nesse sentido, portanto, volto aqui, no momento em que o assunto volta a ser um tema debatido nacionalmente, a insistir nesta tecla: a implantação de uma contribuição previdenciária compensatória que gere crédito, portanto, não cumulativa, exclusivamente voltada para o financiamento da Previdência e que seja também possível ser compensada pelas pessoas físicas que pagam a Previdência, com isso, fazendo a Previdência ser mais sólida e mais barata, não só para o empregador, como também para o empregado, porque ele poderia usar os créditos dessa contribuição para abater nos seus débitos com a contribuição previdenciária. É

nesse sentido que quero contribuir muito – até porque há projeto sobre isso, texto sobre isso – para que haja a implantação, sim, de uma contribuição sobre movimentação financeira, mas que ela corrija os defeitos e os problemas que foram apontados pela experiência que o Brasil teve com a CPMF. É isso, Sr. Presidente.

O deputado Léo Portela* – Um aparte, deputado.

O deputado Virgílio Guimarães – Pois não.

O deputado Léo Portela* (em aparte) – Obrigado, deputado Virgílio. V. Exa. sempre preocupado com os mais pobres, sempre preocupado com aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Aqui eu trago hoje uma denúncia a favor de pessoas que sofrem também por terem direitos retirados, sofrem com a diminuição dos seus direitos. Eu estou aqui falando dos portadores de deficiência. A Minas Arena, que administra o Mineirão, nesse final de semana, de forma absurda, como se dona do Mineirão fosse – não é dona de nada, o dono do Mineirão é o povo de Minas Gerais – praticamente expulsou, escorraçou uma família com pessoas portadoras de deficiência, porque simplesmente aquelas pessoas não conseguiam entrar pelo portão pelo qual deveriam entrar inicialmente – precisavam cortar caminho para atingir o portão que eles precisavam. Era uma pessoa que não tinha a acessibilidade necessária, e a Minas Arena, mais uma vez, de maneira fria, como se dona do Mineirão fosse, escorraçou aquela família do Mineirão.

Então, nós estamos aqui para dizer: Minas Arena, a sua batata está assando, o que é seu está guardado, a CPI vai começar, e vários assuntos – vários assuntos – relativos à má administração da Minas Arena no Mineirão serão abordados, serão tratados. Vários pontos nebulosos de fatos ocorridos no Mineirão sob a administração da Minas Arena serão abordados, a exemplo da morte do torcedor Eros Dátilo, que foi assassinado ali por prestadores de serviço da Minas Arena. Nós abordaremos tudo isso no momento devido. Então, essa safadeza da Minas Arena vai acabar. Obrigado, deputado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidenta Marília Campos, deputadas Beatriz e Andréia, deputados aqui presentes, telespectadores da TV Assembleia, nós realizamos, nesta semana, na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, uma importante audiência pública com o objetivo de discutir o desmonte, o enfraquecimento do INSS e da nossa Previdência Social. Foi uma solicitação de vários sindicatos, do Conselho Regional de Serviço Social e do Conselho Federal de Serviço Social, que apresentaram para nós várias questões importantes que estão dificultando o acesso das pessoas aos benefícios previdenciários. Na verdade, esse processo se iniciou principalmente depois que o governo Temer assumiu, com o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma. Já naquele momento – lembro-me, inclusive fiz audiência pública aqui, na Assembleia –, eles tentaram retirar, desmontar o serviço social no INSS, através, inclusive, de ação legislativa.

Com muita mobilização, com muita organização, nós conseguimos impedir, mas esse processo de enfraquecimento vem ocorrendo sob várias formas.

E, antes de entrar nas questões mais específicas, na verdade, o tripé da seguridade social, saúde, previdência e assistência, vem sendo objeto desses atentados desde 2016. Nós temos, já neste atual governo federal, uma proposta de reforma da Previdência que subtrai direitos. Nós tivemos, no governo anterior, Temer, a Emenda Constitucional nº 95, que congelou investimentos em políticas públicas, que afeta diretamente a política pública de assistência social. Só neste ano, nós teremos por volta de R\$659.000.000,00 de cortes na assistência social, principalmente nos serviços socioassistenciais, além de corte de recursos no programa Bolsa Família e para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada. E o ministro Paulo Guedes já acena, pós-reforma da Previdência, com a desvinculação dos gastos com educação e saúde. Então nós temos aí uma visão sobre o papel do Estado, de enfraquecimento do estado de bem-estar social, que é exatamente o que prevaleceu na Constituição de 1988.

Hoje nós temos uma hegemonia conservadora, ultraliberal, que é seguida aqui em Minas também pelo governador Zema, que busca desmontar, desconstruir as políticas públicas sociais. E, no caso do INSS, isso vem ocorrendo sob várias formas. Uma

delas, que aparentemente é muito positiva, diz respeito à adoção de novas tecnologias de sistemas on line, de consultas virtuais, digitais. Esse é um processo que está se acelerando. Então você deixa de chamar concursados, repor pessoal, colocar o atendimento presencial nas agências do INSS, e tudo passa a se concentrar numa espécie de fila nacional virtual de consulta. Só que o que ocorre é que boa parte das pessoas, principalmente as mais pobres, que buscam os seus direitos no INSS, como, por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada, que é o salário mínimo mensal pago à pessoa idosa, cuja renda familiar per capita é inferior a 1/4 do salário mínimo, não são incluídas digitalmente. Essas pessoas não acessam as tecnologias virtuais, essas pessoas deixam de acessar o seu direito, e, paralelamente, quando você não coloca um profissional para orientar essas pessoas, é uma estratégia de diminuição e restrição de acesso, e isso já vem ocorrendo.

Eu queria dar aqui um testemunho, até como assistente social, porque conheço muitas situações, viajando também por Minas Gerais. Em quantos distritos, comunidades, nós não encontramos pessoas com mais de 65 anos, que poderiam estar acessando o Benefício de Prestação Continuada e nunca tiveram informação, nunca tiveram um técnico, um profissional para auxiliá-los a recorrer a um posto, a uma agência do INSS para fazer a requisição do benefício? Imaginem, nós temos distritos rurais, comunidades rurais em Minas Gerais que não têm nem água para consumo humano, que não têm ainda o acesso à telefonia celular. Como você vai esperar que essa pessoa entre numa fila virtual de benefícios do INSS? Então é uma estratégia deliberada.

É lógico que nós não somos contra a adoção de tecnologias virtuais. Pelo contrário, a modernidade é importante.

Agora, você tem que combinar o acesso a essa tecnologia com o atendimento presencial, porque aquelas pessoas que não derem conta de fazer isso terão apoio do profissional. Além disso, essa tentativa de reduzir, de retrain e de retirar o serviço social do INSS é mais um forma de você não disponibilizar profissionais que vão auxiliar pessoas a terem condições de acessar o benefício. Então, não é simplesmente uma questão de economia de pessoal: “Não, não vamos abrir concurso público. Não, não vamos chamar os concursados”. O pessoal se aposenta e não há reposição! Essa é uma estratégia de dificultar o acesso das pessoas ao benefício, seja ele qual for; seja aposentadoria, seja o Benefício de Prestação Continuada.

Ontem, nessa audiência pública, isso foi muito levantado, e o pior: aqueles profissionais do serviço social que têm, em nosso Código de Ética profissional, a vinculação, o compromisso com o usuário da política pública, estão sofrendo assédio moral das chefias, quando buscam, no exercício da sua profissão e do seu papel profissional, auxiliar e ampliar o número de beneficiários da Previdência Social. Existem, inclusive, deputada Beatriz, processos administrativos. V. Exa. estava, ontem, na audiência do programa Transforma Minas Mais ou Menos, não é? Porque é um processo híbrido de escolha, é um processo de seleção técnica para cargo de confiança, mas a decisão é política. O processo seletivo é a nova política, e o processo de escolha é a velha política. Então, é um processo híbrido, é o Transforma Minas Mais ou Menos. V. Exa. estava nessa audiência e não participou da audiência do INSS. V. Exa., inclusive, tem acompanhado muito essa questão. Então, essas pessoas que estão exercendo o papel profissional estão submetidas a processo administrativo. Imaginem!

Além disso, a linha toda do INSS agora é de revisão de benefícios. As pessoas estão ganhando bônus para rever, então, quanto mais cancelam, mais ganham. É a produtividade ao avesso. Enquanto isso, você tem milhares de solicitações, de benefícios paralisados. Isso é um absurdo! Imaginem as pessoas mais pobres querendo acessar o benefício e ficando – ontem houve casos lá – um ano, dois anos, três anos! Agora, imaginem uma pessoa pobre e idosa esperar dois anos, três anos para ter uma aposentadoria, um Benefício de Prestação Continuada.

A revisão tem que acontecer? É lógico que tem que acontecer, mas a revisão é parte de um processo. O acesso ao benefício é outra parte. Então, você tem também que estimular o acesso. E, na busca desse acesso, o INSS está dispensando o parecer social. Então, para o Benefício de Prestação Continuada, que já tem jurisprudência do Supremo, em que além da dimensão da renda, você tem também a dimensão de fatores sociais, se você não tiver quem analise os fatores sociais, vale a letra nua e crua da lei e não a situação específica do indivíduo, da idosa, do viúvo e da viúva. Então, ontem foi assim... É estarrecedor como essa estratégia está se

desenrolando. É uma estratégia de ataque à Seguridade Social, e ela vem de várias formas! É a Emenda Constitucional nº 95, é o teto de gastos, é a DRU, é, agora, a reforma da Previdência, em que buscaram até reduzir o valor do BPC para R\$400,00. Aí, ontem, mencionei isso, falando também dessa área que acompanho muito, sobre o que vai ocorrer. A deputada Marília também é uma estudiosa desse assunto. Se você tem regras que dificultam o acesso das pessoas à aposentadoria, as pessoas vão ter mais dificuldades de acessá-la. Mas são muito pobres. Para onde elas vão migrar? Para a política pública de assistência social. Então, vai haver uma migração. Em vez de ter uma cobertura previdenciária, ela vai ter uma cobertura assistencial.

Só que para a pessoa idosa, há a cobertura assistencial. A Constituição de 1988 previu e em 1996 foi regulamentado o Benefício de Prestação Continuada, que é de um salário mínimo e vinculado a ele, reajustado automaticamente. Então, quando o governo ataca o Benefício de Prestação Continuada, ele já está olhando lá na frente, porque a política pública de assistência, com o salário mínimo pagando o BPC, não vai dar conta de tanta gente que não vai ter a cobertura previdenciária, que vai deixar de contribuir inclusive e vai ter que ser atendida pela assistência social. Então, por isso eles querem ampliar a idade para 70 anos e baixar o valor de R\$1.000,00, que é o salário-mínimo, para R\$400,00, e não vincular esse valor ao salário mínimo. Por quê? Eles já estão enxergando lá na frente. Nós vamos ter mais pobres, mais gente sem cobertura previdenciária.

Então é uma estratégia montada, e isso é muito grave. Além disso, esse desmonte do INSS sobrecarrega o Sistema Único da Assistência Social. Porque o idoso pobre, a pessoa pobre, a viúva, aquela pessoa que busca aposentadoria, se chega a uma agência, a um posto do INSS, só vê lá uma máquina e não sabe utilizá-la, não há ninguém para auxiliá-lo, e ele precisa acessar o benefício, ele vai para onde? Ele vai procurar o Centro de Referência de Assistência Social – Cras. Só que se ele chegar lá agora, o que está acontecendo? Com o desinvestimento no Suas – já temos dados que mostram isso –, quase 40% de pessoas que estão no Sistema Único de Assistência Social estão sendo demitidas, aquelas contratadas. Porque ainda, na política do Suas, há um percentual de concursado e um percentual de contratado. Então, quando o recurso deixa de chegar para o município, por exemplo, o abatimento imediato é corte de pessoal. Diminui a equipe, e você tem uma superexplosão de demanda.

Infelizmente, ontem, o superintendente do INSS aqui em Minas não compareceu mais uma vez. Ele se nega. O deputado Betão também estava lá. Ele se nega, não compareceu. Então nós vamos buscar um deputado ou deputada, deputados e deputadas federais; vamos fazer uma audiência pública da Câmara dos Deputados com cessão de espaço aqui na Assembleia e fazer a convocação dele. Inclusive para a gente apurar, Betão, esses casos de assédio moral. Imagine: nós temos o Código de Ética do Assistente Social, que nós chamamos de projeto ético-político do assistente social; nós somos obrigados, nós temos por missão estar ao lado do usuário da política pública de assistência social. Então a pessoa está lá trabalhando no INSS. E ela trabalha para quê? Dentro das regras, lógico. Facilitar para a pessoa acessar o benefício, o direito dela. As chefias estão praticando assédio moral, por que a lógica hoje é o quê? É revisar benefício, não ampliar benefício. Enquanto isso, a gente vê aí os privilégios, não é? Em privilégio ninguém mexe. Agora, quanto ao pobre, que precisa de um salário mínimo mensal, as estruturas do Estado, no caso o governo federal, estão cada vez mais impermeáveis para que essas pessoas acessem o direito.

Então queria aqui registrar essa importante audiência pública, e nós vamos continuar nessa luta.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Boa tarde, presidenta! Boa tarde aos colegas parlamentares, à Assembleia, à TV, que nos acompanha, aos nossos telespectadores, à imprensa presente!

Alguns assuntos me motivaram a subir à tribuna. O primeiro deles é o desejo de manifestar a minha solidariedade e o meu compromisso de fazer a luta conjuntamente com toda a comunidade escolar da Escola Estadual Santos Dumont, região Norte, em Venda Nova, aqui em Belo Horizonte. Desde ontem, alunos, comunidade e profissionais estão se manifestando contra a fusão de sete turmas, ou seja, contra a extinção de sete turmas, através de uma política de fusão de turmas que nós temos enfrentado aqui, na rede estadual, em várias regiões.

Então, a minha solidariedade.

Nós já aprovamos, na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, uma visita a essa escola para fazermos a escuta da comunidade, coisa que o governo não fez ao estabelecer a fusão, a escuta dos profissionais sobre as condições de funcionamento.

Eu disse, em outro pronunciamento, que fui a uma escola da região metropolitana com 49 meninos na sala de aula. Isso não é condição de trabalho, isso não é condição do direito à educação.

Então, primeiro, a minha solidariedade, o compromisso de estarmos com toda a comunidade escolar da Escola Estadual Santos Dumont.

Segundo, queria ser porta-voz de um processo importante, em que tivemos oportunidade de discutir, através da Comissão de Administração Pública. A partir de um requerimento aprovado, de minha autoria, realizamos, na manhã desta quinta-feira, uma visita técnica à Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag –, convidando a Secretaria de Educação. Estiveram conosco o secretário de Planejamento e Gestão, Otto; a secretária de Educação, Júlia Sant’Anna; e o deputado Professor Cleiton, que também acompanhou a visita e a quem agradeço por esse processo coletivo de estarmos fazendo o debate. Essa visita técnica da Comissão de Administração Pública teve como objetivo debater um cronograma de nomeações de concurso público, debater a questão de uma escala de pagamento do direito às férias-prêmio para os profissionais da educação já aposentados.

Sempre disse que a nossa vinda à Assembleia Legislativa tinha a responsabilidade de representatividade de classe. De fato, conseguimos, por quase 3 horas de discussão, de avaliação e de apresentação do debate, alguns encaminhamentos e compromissos públicos importantes, assumidos pela Seplag e pela Secretaria de Educação. Então, quero prestar contas desse processo que fizemos no período da manhã desta quinta-feira.

Há um lote de mil nomeações de concurso público anunciado pelo governo do Estado. Já falei sobre isso várias vezes aqui, na nossa Assembleia Legislativa. Os dois secretários se comprometeram a realizar a nomeação desse primeiro lote de mil nomeações em 10 dias. Também há um compromisso de mais duas mil nomeações de concurso público, este ano, em 2019, e já a preparação de um novo lote – não sei se será um ou vários lotes –, com 5 mil nomeações para o primeiro semestre de 2020.

Esses dados são importantes. Já trazíamos aqui que temos uma realidade de muitos designados, mais de setenta mil professores designados, quase cento e setenta mil profissionais da educação designados. Então, essa luta por concurso público é para diminuir a precariedade da condição de trabalho; vincular o profissional – como o Professor Cleiton bem lembrou hoje, durante o debate na Cidade Administrativa, a vinculação ao projeto político pedagógico, que esse profissional não fique desvinculado e sempre nessa instabilidade; o fortalecimento do regime próprio de previdência; e o direito à carreira desse profissional. Então, é uma política importante a realização de concursos públicos e a nomeação desses profissionais.

Nós levamos, hoje, à Mesa de debates uma preocupação: temos mais de três mil candidatos aprovados dentro do número de vagas divulgado nos editais de 2014 e 2017. Portanto, o de 2014 precisa ter prioridade nas nomeações. Também outro número: temos 42 mil candidatos aprovados nesses dois concursos.

Terceiro, se todos forem nomeados, ainda teremos um grande contingente de trabalhadores em situação precária, que são os designados. Então, essa luta por concurso público é muito importante. Fizemos um apelo, uma solicitação para que a secretaria priorize o concurso que vence primeiro. O edital de 2014 vence em outubro. Então, que essas nomeações possam ser priorizadas e, na sequência, as de 2017. Evidentemente, a gente sempre defende a realização de novos concursos públicos.

Faço aqui esse registro e a prestação de contas desse processo. É muito importante dar continuidade a ele, ter um cronograma, algo mais permanente e não uma surpresa: de vez em quando, a gente fica sabendo de uma nomeação.

Em relação às férias-prêmio, ainda não foi possível fechar um cronograma, mas há um compromisso de dar continuidade ao debate, junto à Secretaria da Fazenda, para que nós possamos ter esse cronograma. As professoras não podem receber seus direitos

depois que morrem. É disso que nós estamos falando. Depois que elas se aposentam, fazem jus a um direito, que lhes pertence, e nós queremos que elas recebam em vida e em condições de usufruir esse direito.

Daremos continuidade a esse processo de discussão, realizado hoje na Comissão de Administração Pública.

O deputado Bartô (em aparte) – Boa tarde, pessoal! Quanto à questão da fusão das turmas, Beatriz, uma notícia que chegou até mim é que há muitos alunos que são matriculados de forma errada: ou são matriculados de forma duplicada ou são matriculados e não frequentam as aulas. Acho importante, sim, averiguar a condição dessas aulas, essa fusão. Aproveito para levantar esse tema dos alunos que se matricularam e não estão indo às aulas. É importante eles estarem presentes. Quanto mais alunos indo às aulas e se formando, mais educação nosso povo terá. É importante ter controle, para que não haja matrículas em duplicidade por parte das diretoras das escolas. Obrigado.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Obrigada, deputado. Ainda sobre a reunião de hoje, eu quero dar um retorno a todas as professoras, auxiliares de serviços e demais profissionais que estão doentes e são vinculados à Lei Complementar nº 138, cujo prazo da continuidade da licença médica vence agora em dezembro.

Na semana passada, eu fiz um apelo aqui em Plenário, para que o Projeto de Lei Complementar nº 4, de minha autoria, tivesse um processo de tramitação na Casa para resolver isso. Hoje, esse projeto está na Comissão de Constituição e Justiça. A secretaria mesma nos forneceu os dados: são quase dois mil e quatrocentas trabalhadoras na área de educação nessa situação de adoecimento e de licença. Em 15 dias, fechará um levantamento, e nós retomaremos esse debate através da Comissão de Administração Pública. Então, estou prestando contas também às colegas que estão aguardando a renovação desse período, porque estão adoecidas, nesse processo muito concreto de luta e de reivindicação em que nós estamos trabalhando.

Uma segunda questão. Eu trago aqui uma carta dos profissionais em educação de Uberaba, relativa a uma situação grave, que foi levada a conhecimento e foi questionada hoje, também durante a reunião. Refiro-me a esse processo que nós estamos vivendo de municipalização das escolas.

Eu recebi uma carta do Sind-Ute, da subseção de Uberaba, que traduz aqui uma grande preocupação com o anúncio da municipalização de nove escolas estaduais em Uberaba, que não é uma exceção à regra. Estou trazendo a realidade e, em cada momento, a gente faz o recorte de um local. Essa é uma realidade de vários municípios mineiros. A carta recebida em nosso mandato registra a posição dos trabalhadores em educação de Uberaba. Vou ler um trecho dela: “Recebemos com espanto e profunda indignação tal proposta, uma vez que, além da falta de diálogo com os interessados, não foram apresentadas justificativas que embasem, de forma evidente, a necessidade de municipalização das escolas. Além de várias dessas escolas serem instituições já consolidadas e pertencentes ao patrimônio educacional, cultural e social da própria cidade de Uberaba, que atendem a milhares de estudantes. Solicitamos o apoio dos deputados estaduais, representantes do povo mineiro, a fim de barrar esta absurda proposta e para que sua fundamentação seja amplamente discutida por toda a comunidade escolar, que pode ser atingida com tal posicionamento, evitando incontáveis prejuízos para a educação de Uberaba”.

Aqui há a relação das escolas que estarão nesse processo de municipalização: Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial, Escola Estadual Miguel Laterza, Escola Estadual Gabriel Toti, Escola Estadual Geraldino Rodrigues da Cunha, Escola Estadual Francisco Cândido Xavier, Escola Marechal Humberto Castelo Branco, Centro Interescolar Estadual de Línguas, Escola Estadual Carmelita e Escola Estadual Professora Neide Oliveira.

Reafirmo o meu compromisso com toda a cidade de Uberaba, para que nós possamos fazer a luta contra a municipalização, porque não é uma agenda nova. Nós já a enfrentamos em governos anteriores, e a municipalização nada traz de benefício para as nossas escolas e para as nossas comunidades escolares.

O deputado Professor Cleiton* (em aparte) – Deputada Beatriz Cerqueira, quero lhe agradecer por este aparte.

Aproveitando que o tema aqui é educação, mais uma vez, quero chamar a atenção para aquilo que a gente tem discutido constantemente em nossa Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia – a comissão está quase completa nesta tarde neste Plenário – em relação a esses sistemáticos cortes, contingenciamentos, bloqueios ou o que quer que seja que tem sido feito pelo governo federal.

Hoje recebi o comunicado da comunidade educacional da cidade de Itajubá, que está em polvorosa, está apavorada com a possibilidade do fechamento do Núcleo de Estudos em Formação Docente, Tecnologias e Inclusão. É intenção da reitoria da Unifei fechar esse núcleo por conta da falta de dinheiro. Só que, deputada Beatriz Cerqueira, deputado Bartô, deputado Cleitinho e demais deputados que aqui se encontram e aqueles que estão nos assistindo pela TV Assembleia, trata-se de um dos serviços mais importantes prestados por aquela universidade federal à comunidade local. É um projeto de extensão que atinge alunos das escolas municipais e das escolas estaduais que são inclusos em processos educacionais, que tem mudado a vida de muitas pessoas daquela comunidade. Mais uma vez, estamos assistindo a um golpe contra a nossa educação. Não conseguimos entender qual é a real intenção e qual é a finalidade disso.

Ao mesmo tempo, como nós somos da comissão e foi criada nela a Frente Parlamentar em Defesa da Ciência, Pesquisa e Tecnologia, também estamos atentos ao que está acontecendo com a Universidade Federal de Minas Gerais. Em matéria publicada hoje pelo G1 e também vinculada pela Globo Minas, estamos vendo o desespero da comunidade acadêmica e científica de Minas Gerais, que tem uma expertise, uma excelência entre as melhores universidades do mundo na pesquisa com toxinas. Mas a notícia que nós recebemos é que o CNPq cortou essas bolsas e não tem previsão de pagá-las em setembro. Muitos estão vivendo de vaquinhas e 80% dos nossos doutores, mestres e pós-doutores que dependem da pesquisa estão ameaçando ir embora do Brasil. Estamos assistindo todos os dias, sistematicamente, a esse desgoverno em relação à educação.

Mas, ao mesmo tempo, queremos falar para a comunidade acadêmica. Neste momento, quero me dirigir à comunidade de Itajubá que, como Comissão de Educação, sob a sua presidência, estamos atentos. Faremos quantas audiências públicas forem necessárias para trazer essa comunidade aqui, debatermos e oferecermos uma resistência a essa política destrutiva da nossa educação.

Muito obrigado pelo aparte.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Obrigada, deputado. Aproveito para cumprimentar os estudantes que chegaram aqui, no Plenário, para a visita guiada em nossa Assembleia Legislativa. Vocês chegaram num momento em que dois professores estão fazendo uso da palavra. Sou Beatriz Cerqueira, professora primária, deputada estadual; o Professor Cleiton também é professor e acabou de fazer uso da palavra. Então, sejam bem-vindos e bem-vindas.

Aproveito para convidá-los a acompanharem também os trabalhos da nossa Comissão de Educação. O Professor Cleiton dizia dos cortes em pesquisa, ciência e tecnologia que estamos vivendo em nosso país. Mas, na contramão dessa agenda negativa, a Comissão de Educação desta Assembleia Legislativa tem feito uma pauta muito propositiva. Iniciaremos agora a discussão de um fórum técnico para debater um Plano Estadual de Pesquisa, Ciência e Tecnologia em Minas Gerais. E, sistematicamente, temos feito agendas de valorização da pesquisa, como na próxima semana. Para concluir, faremos uma homenagem à Fundação Ezequiel Dias, exatamente por todo seu trabalho em benefício da pesquisa e da produção do conhecimento em nosso estado.

Agradeço, presidenta, e registro a ilustre presença, nesta tarde de quinta-feira, do secretário-geral da CUT Nacional, o metalúrgico Sérgio Nobre, que vem conversar conosco sobre pautas importantes sobre a luta da classe trabalhada. O nosso mandato recebe sua visita. Muito obrigada.

* – Sem revisão dos oradores.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sra. Presidenta! Boa tarde a todos os estudantes presentes! Boa tarde a toda a população presente, aos deputados, às deputadas e aos servidores desta Casa! Vocês, estudantes, valorizem o que têm de precioso: o professor de vocês. Se hoje estou aqui, devo ao meu professor. Então, sempre o valorizem e o respeitem. Está bom? Grande abraço!

Queria usar a tribuna hoje para... Estou tentando marcar uma reunião com o secretário de Segurança Pública há algum tempo, mas, infelizmente, ele não nos atende. Talvez este meu pronunciamento – e vou colocar nas redes sociais também – chegue até ele. A gente precisa entender que a segurança pública é ampla, ou seja, tem os socioeducativos, os agentes penitenciários, a Polícia Civil, a Guarda Municipal e não só a Polícia Militar. Então, nós temos que valorizar toda a classe da segurança pública. Como estou aqui para valorizar todas, quero chamar a atenção dos agentes penitenciários que me enviaram várias mensagens durante a noite. Estou aqui para falar sobre uma das mensagens de um agente, que é servidor público, para chegar até V. Exa.

(– Lê:) “Prezado Sr. Deputado. Venho, por meio deste, pedir a sua solidariedade. Sou agente de segurança penitenciário do Estado de Minas Gerais. O sistema prisional mineiro se encontra superlotado e em defasagem de servidores, tornando-se uma verdadeira bomba-relógio. As unidades prisionais trabalham com efetivo reduzido e superlotação que chega de três a quatro vezes a sua capacidade, tornando o exercício do trabalho muitas vezes desumano, um martírio, além de óbvia defasagem salarial onde a inflação já nos assaltou quase um quarto do nosso poder de compra.

Durante os últimos anos o único alento que nós, servidores do sistema prisional, tivemos foi a implementação de uma escala de trabalho mais humana – 24/72, 24 horas de esforço por 72 horas de descanso – onde assim, com esforço, conseguimos ainda manter a nossa sanidade física e mental nessa atividade profissional que possui índices estratosféricos de autoextermínio, suicídio, considerada até pela Organização Mundial da Saúde – OMS – a segunda profissão mais perigosa do mundo.

Para o nosso espanto, partiu do Gen. Mario Lucio Alves de Araújo, secretário de Defesa Pública, a determinação para que a escala de 24/72 seja descontinuada sob a argumentação de que a escala não possui regulamentação. Saliento que, com a adoção dessa escala de 24/72 horas, diminuem-se consideravelmente os índices de adoecimento dos servidores, sendo essa, comprovadamente, uma escala mais adequada às atribuições inerentes à nossa função.

Partiu de determinação do secretário de Defesa Pública que as unidades adotem a escala 12/32, que é uma escala completamente desumana para as atribuições de nossa função, onde se trabalha dia sim, outro não. Porém esse dia de folga se mostra insuficiente para o servidor no pesadíssimo ambiente prisional. Salienta-se que a adoção da escala 12/36 horas poderá acarretar consequências gravíssimas no sistema prisional mineiro, como, por exemplo, os casos recentes vistos em outras unidades da Federação, o que certamente ninguém deseja que aconteça.

Saliento ainda que não há prejuízo ao Estado a manutenção da escala de 24/72 horas, pois se trata tão somente da dobra da escala 12/36 horas, ou seja, mantêm-se a mesma estrutura, a mesma quantidade de equipes de trabalho e a mesma quantidade de horas trabalhadas. Porém o servidor dispõe de mais tempo para se desintoxicar do ambiente prisional.

Sendo assim, faço esta súplica. Intervenha por nós. Os servidores do sistema prisional clamam por ajuda. Por favor, intervenha para que a escala 24/72 seja regulamentada, basta uma resolução da secretaria, uma simples formalidade que pode significar a manutenção da minha vida, dos meus companheiros, dos milhares do Estado de Minas Gerais e da sociedade como um todo”. O seu nome é Pacheco Cunha, agente de segurança penitenciário. Então, secretário, espero que V. Exa. olhe com atenção essa situação.

Aconteceu dias atrás aquela situação no Pará, em que até o presidente fez um pronunciamento e foi criticado. O que mais me chamou a atenção naquela situação no Pará e me preocupou foram os agentes penitenciários. Por quê? Porque o agente penitenciário fica literalmente no inferno. Vá saber o que se passa dentro de um presídio! Só os agentes é que sabem. Então, vamos começar a valorizar os agentes de verdade. O agente é da classe da segurança pública também. A gente precisa dos agentes penitenciários.

General, com todo o respeito que tenho por V. Exa., estou tentando marcar com você já tem quase três meses. Queria que você nos atendesse para tratarmos disso, porque aqui tem um representante que quer representar os agentes penitenciários. Muito obrigado, Sra. Presidenta.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/8/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando João Victor Colares Prasser, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 81/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Nobreak.Net Comércio e Serviços Eletro Eletrônicos Ltda. – EPP. Objeto: manutenção preventiva e corretiva de sistema nobreak. Objeto do aditamento: primeira prorrogação do prazo de vigência do contrato, por 12 meses, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, contados de 28/11/2019 a 27/11/2020. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 84/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, por metro quadrado, a serem prestados nas dependências da contratante e em seus anexos, com o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços. Objeto do aditamento: sétima prorrogação de vigência, em caráter excepcional. Vigência: 72 dias, de 21/8/2019 a 31/10/2019. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 12/2019

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais – Sindpas. Objeto: cooperação técnico-operacional, mediante a disponibilização, no Espaço Cidadania, de um ponto de apoio de atendimento para informação a respeito da gratuidade no transporte coletivo intermunicipal (Lei nº 21.121, de 2014), requerimento e entrega da carteira Sindpasse para pessoa com deficiência. Vigência: 12 meses, com produção de efeitos a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 13/2019

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG. Objeto: cooperação técnico-operacional voltada para a realização, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater –, de feiras de agricultura familiar em espaço cedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Vigência: 12 meses, com produção de efeitos a partir da data da assinatura.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/2/2019, na pág. 20, onde se lê:

“Marina Ferreira Souza”, leia-se:

“Marina Ferreira Souza de Faria”.

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/8/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/8/2019, na pág. 5, sob o título “Requerimentos”, no despacho do Requerimento nº 2.472/2019, onde se lê:

“(– À Comissão de Administração Pública.)”, leia-se:

“(– À Comissão de Transporte.)”.

E, no resumo do Requerimento nº 2.475/2019, onde se lê:

“seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Central Única dos Trabalhadores pelos 36 anos de sua fundação”, leia-se:

“seja formulado voto de congratulações com a Central Única dos Trabalhadores pelos 36 anos de sua fundação”.